

## Crise e catástrofe como categorias interpretativas das experiências humanas do tempo<sup>1</sup>

## Crisis and catastrophe as interpretative tools of human experiences of time

**CARLOS ALBERTO CARVALHO**

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.  
E-mail: carloscarvalho0209@gmail.com. ORCID: 0000-0001-8433-8794.

**VERÔNICA SOARES COSTA**

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.  
E-mail: ve.scosta@gmail.com. ORCID: 0000-0002-1324-0535.

**PHELLIPY PEREIRA JÁCOME**

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.  
E-mail: phellipy2002@gmail.com. ORCID: 0000-0001-6939-7542.

**BRUNO SOUZA LEAL**

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.  
E-mail: brunosleal@gmail.com. ORCID: 0000-0002-6937-6976.

1 O artigo incorpora, em parte, discussões coletivas realizadas no Núcleo de Pesquisa Tramas Comunicacionais: Narrativas e Experiência na preparação para, durante e após o X Historicidades dos Processos Comunicacionais – Encontro de Grupos de Pesquisa Brasileiros, realizado de 4 a 6 de novembro de 2019 em Belo Horizonte, com o tema Crise e Catástrofe nas Experiências Humanas do Tempo.

Edição v. 40  
número 1 / 2021

Contracampo e-ISSN 2238-2577  
Niterói (RJ), 40 (1)  
jan/2021-abr/2021

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

CARVALHO, Carlos Alberto; COSTA, Verônica Soares; JÁCOME, Phellipy Pereira; LEAL, Bruno Souza. Crise e catástrofe como categorias interpretativas das experiências humanas do tempo. *Contracampo*, Niterói, v. 40, n. 1, p. XXX-YYY, jan./abr. 2021.

**Submissão em: 16/06/2020. Revisor A: 17/09/2020; Revisor B: 04/12/2020; Revisor B: 19/01/2021. Aceite em: 19/01/2021.**

**DOI – <http://doi.org/10.22409/contracampo.v40i1.43112>**

## Resumo

O artigo aborda *crise* e *catástrofe* em suas dimensões temporais referenciadas na narrativa e implicações relativas à ação e à imaginação. O objetivo é tomar os termos como categorias heurísticas que permitem alcançar dimensões da experiência temporal, inclusive nos processos midiáticos. Recuperam-se usos e sentidos associados aos dois termos, em suas interconexões e presença no cotidiano e na vida acadêmica. Pelas noções de narrativa, de tessitura da intriga e suas interconexões com o tempo, identifica-se como crise e catástrofe podem ser entendidas positivamente ao explicitarem dimensões da ação e da imaginação humanas. Por fim, crise e catástrofe são relacionadas com a própria estruturação ocidental e moderna do tempo e a experiências culturais que fogem ao Moderno.

### Palavras-chave

Crise; Catástrofe; Temporalidades; Modernidade.

## Abstract

*Crisis* and *catastrophe* are explored in their temporal dimensions, taking the narrative as a reference, and harboring important implications related to human action and imagination. Our aim is to take the terms as heuristic categories that reach specific dimensions of the human temporal experience, including media practices. At first, uses and meanings of the two terms are highlighted, to explore their interconnections and presence in daily life and academic studies. The notions of narrative, intrigue and its interconnections with time help us to identify how *crisis* and *catastrophe* can be positively understood in association with action and imagination. Thus, crisis and catastrophe are related to modern Western structuring of time and to cultural experiences that escape that frame.

### Keywords

Crisis; Catastrophe; Temporalities; Modernity.

## Introdução

O objetivo deste artigo é abordar os conceitos de *crise* e *catástrofe* em suas dimensões temporais e em associação aos fenômenos da comunicação, tendo como referência a narrativa vista, a partir de Ricoeur (2010), como condição da experiência humana do tempo. A hipótese, aqui, é de que os princípios reguladores da tessitura da intriga narrativa em determinada sociedade são organizados de modo peculiar tanto em *crises* quanto em *catástrofes*, ao mesmo tempo contribuindo a elas e resultando delas. Em todos os casos, pensadas em seus imbricamentos com as narrativas, *crise* e *catástrofe* abrigam importantes implicações à ação e à imaginação humanas.

Antes de adentrarmos nessas relações, entendemos ser necessário um percurso inicial sobre usos e sentidos regularmente associados aos dois termos, destacando, além disso, suas interconexões e sua forte presença no cotidiano e na vida acadêmica. *Crise* e *catástrofe*, nesses usos, mantêm relações polivalentes, podendo ser aproximadas e dissociadas de diferentes modos. Da mesma forma que uma *crise* pode resultar em *catástrofe*, esta pode gerar a outra, ou ambas serem simultâneas; podem também designar situações bastante distintas.

Após esse percurso inicial, em que a relação dos termos com o acontecimento é também brevemente abordada, o artigo se atém às dimensões da própria ordem da narrativa e do tempo, buscando identificar como a crise pode ser entendida positivamente, como inerente ao gesto humano de fazer concordar as discordâncias entre o tempo cosmológico e o tempo vivido. A catástrofe, por sua vez, pode ser paradoxalmente o que suspende a ação e o que instaura a necessidade de imaginar outros modos de ser, existir e fazer. Partimos, portanto, das noções de tessitura da intriga e suas interconexões com o tempo propostas por Paul Ricoeur:

O tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo, e a narrativa alcança sua significação plenária quando se torna uma condição da existência temporal (RICOEUR, 2012, p. 93).

Nesta articulação entre as noções de crise e de catástrofe, pensadas na narrativa, não nos interessa restringir a reflexão a fenômenos específicos ou empirias recortadas, mas, sim, partir dos conceitos para empreender uma discussão com formas de pensamento outras, como as perspectivas de Rivera Cusicanqui (2018), Quijano (2009) e Mbembe (2018). Nesse caminho, nossa reflexão parte do entendimento de que a experiência temporal se dá como parte de processos culturais amplos que permitem, como observa Ricoeur, conectar o tempo cósmico ao tempo humano. É parte da organização temporal humana, seja em nível individual, seja como grupo, coletivo e/ou sociedade, projetar passados, presentes e futuros como algo compreensível e vislumbrável, pelas relações com as tradições, as memórias, prognósticos, aspirações, projetos e outros processos que configuram espaços de experiência, horizontes de expectativas e espessuras do presente nas relações cotidianas (AGAMBEM, 2009; ANTUNES, GOMES, 2018; APPADURAI, 2013; CERTEAU, 1998; HELLER, 2000; KOSELLECK, 2006; LEAL, SACRAMENTO, 2019; RIBEIRO, GOMES, LEAL, 2017; RICOEUR, 2010, entre outros). Porém, é sempre bom lembrar, o encontro com o acaso e com dimensões temporais outras expõem o limite, a pequenez ou mesmo a inutilidade do tempo tornado humano.

## Crises, catástrofes, acontecimentos e a ocupação do mundo

Nos primeiros jornais brasileiros, ao final da década de 1800, os termos *crise* e *catástrofe*, quase como sinônimos, eram utilizados para caracterizar a relação que a nova sede do império português estabelecia com outras nações. *Crise*, por exemplo, era a palavra que definia a rivalidade entre França e Inglaterra, bem como a constante troca de acusações entre esses países, no *Correio Braziliense: Ou*

*Armazém Literário*, além de caracterizar, no mesmo periódico, os motivos da anexação da Finlândia pela Rússia ou expor os perigos revolucionários na Espanha. Em 1808, o jornal iria lamentar a *catastrofe* que havia acontecido em Madrid em dois de maio daquele ano, enfatizando a debilidade de um governo que não defendeu o seu povo (do mesmo modo que o faria a *Gazeta do Rio de Janeiro*). Esses termos, portanto, estavam fortemente associados a dinâmicas políticas, sendo raras, nos primeiros anos do século XIX, referências a desastres ambientais ou sanitários.<sup>2</sup>

Dois séculos depois, uma consulta aos jornais atuais irá revelar similitudes, mas também várias diferenças com esses usos passados. Sobretudo, em um momento em que enfrentamos as consequências de uma pandemia global sem precedentes neste século e em que esses termos assumem grande protagonismo. *Catástrofe* e *crise*, na seção de notícias do buscador da Google, em abril de 2020, nos levam até narrativas sobre impasses políticos criados por um presidente e seu Ministro da Saúde em relação às medidas do combate à COVID-19;<sup>3</sup> a discussões sobre a necessidade urgente de enfrentar a mesma doença e evitar uma *catástrofe* na África;<sup>4</sup> a diagnósticos e panoramas sombrios para a economia mundial;<sup>5</sup> e à exposição das especificidades do vírus em nosso país e os problemas locais.<sup>6</sup> Há também espaço para fenômenos da natureza, como a erupção de um vulcão na Indonésia ou um incêndio florestal nas imediações de Chernobyl.

Em boa parte dessas narrativas, são expostas várias relações temporais como antecipações, diagnósticos sobre o presente e esperas. Fala-se em *evitar* uma catástrofe, em anúncios prévios das consequências do aquecimento global que foram deslegitimados, em um mundo que *voltará à normalidade* e na impossibilidade de haver um retorno às situações que teriam provocado a *crise*. Em notícias que caracterizam acontecimentos como *catástrofes* (que são resultados ou instauram *crises*), muitas vezes, constitui-se uma rede sinonímica que as liga à tragédia,<sup>7</sup> desastre<sup>8</sup> e a transtorno,<sup>9</sup> ligadas a fortes modificações de nossas percepções anteriores ao agir e ao padecer aqueles fenômenos.

Boa parte dessas narrativas cotidianas, como se vê, têm *crise* e *catástrofe* frequentemente associadas a acontecimentos peculiares, de distintas magnitudes, sejam eles vistos como *naturais* ou entendidos como *provocados* pelo ser humano. Inicialmente, essas distinções podem parecer óbvias, mesmo quando se busca evitar simplificações nas articulações com eventos e situações. Um *impeachment* presidencial, por exemplo, pode ser visto como o acontecimento culminante de uma crise e simultaneamente como seu fechamento, sua síntese e seu ponto referencial; um fenômeno da natureza, como uma seca numa dada região, por sua vez, pode gerar uma crise que é ela mesma um grande

---

2 A consulta aos periódicos foi feita em suas versões digitalizadas na Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 03 maio 2020.

3 Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/mandetta-e-a-conta-da-catastrofe>. Acesso em: 19 abr. 2020.

4 Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/e-preciso-agir-rapido-para-evitar-catastrofe-na-africa-diz-cruz-vermelha/>. Acesso em: 19 abr. 2020.

5 Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/04/01/coronavirus-a-catastrofe-economica-e-social-em-numeros.ghtml>; <https://www.istoedinheiro.com.br/em-tres-meses-planeta-mergulhou-em-cenario-de-catastrofe/>; [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/04/09internas\\_economia,843311/catastrofe-no-comercio-global-omc-estima-perdas-na-economia-brasileir.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/04/09internas_economia,843311/catastrofe-no-comercio-global-omc-estima-perdas-na-economia-brasileir.shtml). Acesso em 19 abr. 2020.

6 Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/a-pandemia-e-uma-doenca-de-classe-a-catastrofe-brasileira-ainda-esta-por-vir/>. Acesso em: 19 abr. 2020.

7 Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/03/25/interna\\_gerais,1132490/novo-coronavirus-prefeitura-de-brumadinho-vai-instalar-barreira-sanit.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/03/25/interna_gerais,1132490/novo-coronavirus-prefeitura-de-brumadinho-vai-instalar-barreira-sanit.shtml). Acesso em: 19 abr. 2020.

8 Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2020-04/justica-libera-dinheiro-de-desastre-de-mariana-para-combate-COVID-19>. Acesso em: 19 abr. 2020.

9 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2020/03/30/a-arriscada-aposta-da-suecia-de-combater-o-coronavirus-protetendo-economia-e-liberdades.htm>. Acesso em: 19 abr. 2020.

acontecimento, mesmo sendo experienciada em eventos cotidianos (como a saída de parte da população em busca de melhores condições de vida).

Já as catástrofes seriam acontecimentos de grande magnitude, que podem ter a imprevisibilidade de um tsunami, de uma ação da natureza que escapa e se sobrepõe aos tempos humanos, ou serem vinculadas às controvérsias da humanidade, como, por exemplo, genocídios, guerras e bombas. No entanto, essa distinção entre eventos *naturais* e *humanos* e mesmo as relações entre crise, catástrofe e acontecimento passaram a adquirir outros tons e nuances a partir do final do século XX, em um cenário que se intensifica nas primeiras duas décadas dos anos 2000. Consolidou-se, desde então, a percepção de que as ações dos seres humanos não trazem consequências apenas à espécie humana. Desmatamentos, diferentes formas de poluição, as tecnologias agrícolas, os extrativismos, o aumento populacional, a má distribuição da riqueza, o extermínio de grupos humanos, espécies animais e vegetais, as ocupações, usos desiguais e predatórios dos espaços e recursos do planeta passaram a ser vistos como uma crise ambiental que produz catástrofes regulares e que prenuncia um futuro assustador.

Como aponta Eva Horn (2018), a crise ambiental não tem um acontecimento decisivo: é um processo em curso, de caráter catastrófico, que se manifesta em grandes e pequenos eventos interconectados e de temporalidades diversas. Assim, as enchentes em uma grande cidade em 2020 são parte de processos de urbanização que consumiram e depredaram rios e morros ao longo de vários anos; um tsunami na Ásia está conectado com o aumento do degelo no Ártico e na Antártida, que resulta por sua vez do excesso de lixo, da poluição do ar e dos rios, do consumismo desenfreado; o aumento do preço do tomate está ligado aos ciclos econômicos de produção e consumo e também ao empobrecimento dos solos, pelas monoculturas, pela opção por transgênicos e à intensificação do uso de defensivos agrícolas. Não se trata mais, portanto, de associar *crise* e *catástrofe* a um *acontecimento decisivo* desta ou daquela magnitude. Os eventos, de diferentes impactos e repercussões, sucedem-se como fragmentos, peças, intercorrências de algo maior, mais complexo, mais desafiador, de um mundo simultaneamente em crise, por caminhar para a catástrofe, e já catastrófico, pela crise que vive (STENGERS, 2015; entre outros). Assim, *crise* e *catástrofe* podem ser apreendidas como modos flutuantes e interconectados de relação com esses acontecimentos vários e com as múltiplas temporalidades e dimensões do presente, tal como apontam os estudos reunidos por Manna, Valle, Bertoll e Maia (2020).

As preocupações de ordem temporal em relação à crise e à catástrofe são parte de uma pujante produção intelectual no final do século XX e início do XXI. O Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), por exemplo, lançou uma biblioteca de acesso livre intitulada *Afrontar la crisis desde América Latina*, com obras que se preocupam com a relação entre humanos e algoritmos, passando pelos desafios de governos progressistas e da esquerda no subcontinente, além de questionar conceitos como multiculturalismo, e biopolítica, buscando reflexões territorialmente localizadas. *Catástrofe* e *Crise* também é a forma com que Eric Hobsbawm, em *A era dos extremos*, caracterizou o início e o fim do *curto* século XX, com suas bombas atômicas, guerras mundiais e produção artístico-cultural. Esses vocábulos repetem-se em diagnósticos de distintas ênfases e disciplinas, desde Bruno Latour, que identifica uma crise da crítica moderna; Jean-François Lyotard, que postula uma crise do saber científico e das grandes narrativas; Isabelle Stengers e suas reflexões sobre ciência, catástrofe e Gaia; e Bauman e Bordoni, que buscam compreender o *estado de crise* dos estados contemporâneos; a Ailton Krenak, que ratifica uma crise do modo de funcionamento da humanidade; Silvia Rivera Cusicanqui, que vê a própria ideia de *presente* em crise; Judith Butler, e suas reflexões sobre as violências causadoras e decorrentes de crises; Rita Laura Segato, e suas discussões sobre gênero e colonialidade; entre muitas outras autoras e autores.

Em boa parte dessa produção, ambos os termos são utilizados em reflexões de fundo epistemológico, que buscam promover novas formas de habitar e territorializar o mundo ou mesmo de reconhecer um estado de relações presente e em curso. Seja por uma modernidade que deveras nunca existiu, em crise ou que já deixou de existir, diagnosticam-se limites, consequências, implicações e fraturas

de modos de saber, quase sempre identificadas em suas matrizes eurocêntricas, tomadas não raro como coloniais (a respeito da colonialidade, ver QUIJANO, 2009; MBEMBE, 2018; CUSICANQUI, 2018, entre outros).

Nos termos de Gilberto Guimarães Filho, em texto que analisa as relações entre justiça e utopia segundo Paul Ricoeur,

Dialogando com a temporalidade e a história, percebe-se que toda narrativa é uma seleção: elementos escolhidos como importantes ou relevantes e narrados de determinado ponto de vista, determinada maneira. Narram-se apenas os momentos relevantes e notáveis da ação, que façam sentido ao que está em jogo na intriga. Porém, sempre podemos contar de modo diferente, e esta seleção abre à possibilidade de manipulação, a estratégias ardilosas, como levar ao esquecimento fatos importantes por interesses pessoais ou políticos. Por isso, o problema das sempre polêmicas histórias “oficiais” de um povo (GUIMARÃES FILHO, 2016, p. 201, com aspas no original).

Embora situadas no contexto do problema da igualdade, sempre precária, as considerações de Gilberto Guimarães Filho coincidem com preocupações de diversos estudos centrados no reconhecimento das dinâmicas das colonialidades. Como produções humanas, sujeitas a contradições, disputas de sentido e poder, as narrativas constituem fenômenos privilegiados para escrutínios sobre modos de propor inteligibilidades acerca de crises e de catástrofes. Nesse cenário, impõe-se às narrativas o desafio de identificar temporalidades, acontecimentos, especialidades e personagens nomeadas ou obliteradas, valorizadas ou negligenciadas, colocadas, de modo forçado ou privilegiado, em hierarquizações que buscam, grosso modo, estimular e dar visibilidade a histórias (e a passados, presentes, futuros) ou circunscrever e até impedir falares considerados subalternos e de menor valor.

Os usos frequentes de *crise* e *catástrofe* não podem, portanto, ser dissociados da própria estruturação ocidental e moderna do tempo, a partir da expansão mundial da Europa. Isto é, se o passado é aquilo que deve ser superado pelo futuro em um presente cada vez mais acelerado, como diagnóstica Koselleck (2006), a fixação por revoluções e rupturas conduz a uma sensação permanente de crise. No entanto, essa sensação de ruptura e de crença no progresso vem se tornando cada vez mais problemática para os (pós) *modernos*, a ponto de converter-se numa aparente paralisia (catastrófica?) da ação, reconhecida em proposições como *lento presente* (GUMBRECHT, 2015) ou de *presentismo* (HARTOG, 2015). Por outro lado, se o *presentismo* é visto de maneira negativa por parte de autores que pensam a modernidade europeia, outras experiências culturais do tempo nos ajudam a complexificar as relações temporais de passado-presente-futuro. Em estudos como os de Silvia Rivera Cusicanqui (2018), por exemplo, essas relações não são compreendidas como uma linearidade ou ruptura, mas de maneira espiralada, estratificada, recuperando a força de um presente dinâmico e nada imóvel. Trata-se, inclusive, de escapar a modos eurocêntricos, reivindicados por estudos decoloniais, a partir dos quais *colocar em crise* certas relações temporais e de causalidades é um gesto político necessário.

Nesse sentido, pelo viés epistemológico propiciado pelas visadas aqui defendidas em relação à crise e à catástrofe, é necessário escrutinar as narrativas, incluindo aquelas que circulam em múltiplos processos e produtos comunicacionais, observando tensões temporais, apagamento de personagens, hierarquias decorrentes de preconceitos, dentre outras variáveis. Se as narrativas têm que se haver com complexas relações temporais em suas operações de inteligibilidade do tempo humano, naquilo que Paul Ricoeur (2012) refere como agenciar acontecimentos, temporalidades e personagens discordantes em uma concordância somente viabilizada pelas artes do pôr em intriga, elas também se inscrevem no complexo jogo das identidades narrativas (RICOEUR, 2012; 2014).

Resumidamente, a identidade narrativa, para Ricoeur, diz respeito à dialética mesmidade-ipseidade, em que somos temporalmente confrontados e confrontados permanentemente com o mesmo que permanece em nós com o passar dos tempos, mas com os outros *si-mesmos* que a ação temporal,

dentre outras variáveis, nos impõe. Somos, dialeticamente, um mesmo e outros, processo que também inclui, além da ipseidade diante do que fui, sou e serei, a obrigação ética de estender o reconhecimento da alteridade ao diferente de mim. Nesses termos, estamos em permanente crise, pois agimos e sofremos as (e sobre as) relações temporais tanto como pacificadas e reconhecíveis quanto como desestabilizadoras e que, epistemologicamente, nos colocam em permanente processo de vivenciar as catástrofes do tempo humano e de suas conexões com o tempo cósmico.

## Narrar, agir, imaginar

Que é, pois, o tempo? Se ninguém me pergunta, eu sei;  
mas se quiser explicar a quem indaga, já não sei.  
Contudo, afirmo com certeza e sei que, se nada passasse,  
não haveria tempo passado; que se não houvesse os acontecimentos,  
não haveria tempo futuro; e que se nada existisse  
agora, não haveria tempo presente  
(AGOSTINHO, 2003, capítulo XIV).

A constatação de Agostinho em *Confissões* (2003) serve como ponto de partida poderoso para que Ricoeur comece a desdobrar suas reflexões em *Tempo e Narrativa* (2012). Afinal, ela aponta para uma deficiência ontológica do tempo humano (que sempre nos escapa enquanto nos passa), na mesma medida em que define o caráter aporético de qualquer reflexão sobre a temporalidade. O tempo é, simultaneamente, pensado de maneira positiva (aquilo que foi, que é e que será) e negativa (aquilo que já não é, que ainda não é e que não mais será). Frente a esta inconsistência do ser-do-tempo que nos conduz a um princípio da suprema discordância, Ricoeur percebe na tessitura da intriga uma forma de resolver de maneira poética e de dar algum grau de concordância à ordem caótica do tempo. “Compor a intriga já é fazer surgir o inteligível do acidental, o universal do singular, o necessário ou o verossímil do episódico” (RICOEUR, 2012, p. 74).

Propomos, então, que a *crise* pode ser percebida como algo seminal a qualquer reflexão temporal. O caráter aporético do tempo faz com que suas definições sejam sempre *críticas*, provisórias e abertas. Há, neste sentido, um chamado à ação humana que condiciona nossas reflexões sobre o passado e expectativas para o futuro a um presente articulado como tempo da iniciativa. Por isso, vincular *crise* ao esforço humano de produzir concordâncias na discordância postula a agência de sujeitos (pessoas, instituições, nações etc.) nas transformações da vida social em regimes de historicidade específicos. Em um primeiro desdobramento deste ponto de partida, pode-se entender que *crise* é inerente ao agir humano no tempo. Cada ação é ela mesma uma resposta a outros agires e a alteração de um estado de coisas, de escalas variáveis e frequentemente interdependentes. Assim, toda ação humana é ela mesma uma *crise*, pois indica uma transformação, mínima que seja, e que contém aspectos propositivos em relação ao passado, ao presente e ao futuro. Consequentemente, a *crise* constitui-se como a oportunidade circunstancial, cotidiana, de rever (atualizar, manter, alterar, dispor, combinar etc.) imaginários e de agir imaginativamente.

Se tomamos como referência a noção de ação de Hannah Arendt (2000) verificamos que esta é a

única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que os homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo (ARENDR, 2000, p. 15).

Ação como princípio político, assim, diz da necessidade de preservação da diversidade humana como fundante para a vida em comum, indicando que qualquer pessoa deve ser reconhecida como dotada

de capacidade para agir. Consequentemente, a *crise* vai continuar sempre pela necessidade de atribuição de um sujeito à/de ação. Nessa perspectiva, expressões como *crise política* não descrevem um momento excepcional, mas o imperativo constante de se fazer política, de agir e responsabilizar (se) politicamente, por exemplo. *Crise*, portanto, se a entendemos sob o prisma da narrativa, caracteriza o contínuo esforço humano, um agir e padecer, de organizar um mundo (e um si) em constante transformação.

Entretanto, a filosofia da ação e da hermenêutica ricoeuriana nos inspira a defender que o gesto de narrar não parte do nada (RICOEUR e CASTORIADIS, 2018). O narrar é sempre atrelado a histórias, às tradições, às tradicionalidades, aos cânones e ao *substrato ético* de uma dada realidade cultural (RICOEUR, 2010; LEAL e SACRAMENTO, 2019) pré-figurada nas condições que permitem a sua instauração. Essa pré-definição faz com que não sejamos obrigados a atribuir inéditos gestos de significação a todo o momento. Por isso, ainda que ajamos sempre *em crise*, dadas as características do ser-do-tempo e do ser-no-tempo, o fazemos apaziguando as arestas dessa aporia e envoltos em uma cultura que nos habilita a pensar determinadas coisas e desabilitar outras tantas. Isto é, fazemos concordar as discordâncias somente a partir desse mundo pré-figurado. Nesse momento, as relações entre ação e imaginação podem ser vislumbradas com mais nitidez “não há acção sem imaginação”, diz RICOEUR (1989, p. 223) Em todas as dimensões do agir, a imaginação tem um papel decisivo e incontornável. É a partir das e pelas qualidades antecipadoras e organizadoras, figurativas diríamos, da imaginação que uma ação se torna possível e realizável:

É a imaginação que fornece o meio, a clareira luminosa, onde podem comparar-se, medir-se, motivos tão heterogêneos, como desejos, e exigências éticas; elas próprias tão diversas, como regras profissionais, costumes sociais ou valores fortemente pessoais. A imaginação fornece o espaço comum de comparação e de mediação para termos tão heterogêneos como a força que empurra como que detrás, o atractivo que seduz como que para frente, as razões que legitimam e fundamentam, como que para baixo (RICOEUR, 1989, p. 224).

Todo agir implica, portanto, a mobilização da capacidade humana de fabular, de fazer figurar expectativas, possibilidades, probabilidades, caminhos, consequências, escolhas, inclusive quando operamos no âmbito das reflexões que aparentam ser meramente conjecturais ou do devaneio ou na forma de raciocínios contrafactuais (DULUERMOS; SINGARAVELOU, 2018). Cotidianamente, essa interconexão entre ação e imaginação explicita também as articulações entre as dimensões pessoais e coletivas, situando o agir na história e em condições sociais específicas. Nos termos postos por Ricoeur, trata-se dos imbricamentos da imaginação como potência humana, manifesta em cada indivíduo, e o imaginário social.

Elaborando a partir das categorias desenvolvidas por Alfred Schutz, Ricoeur observa que a imaginação opera a partir dos esquematismos intersubjetivos, que compõem o que se chama de imaginário social. Produz-se então passagens decisivas, do *eu* para *nós*, de *nós* para *elas* e vice-versa. Em outras palavras, é a partir do substrato ético de uma dada realidade cultural que conseguimos não só projetar, conceber nossas ações individuais, como também nos percebermos como parte de um coletivo mais amplo, pautado por igualdades e diferenças, inclusive em relação aos que já se foram e aos que virão. Nos termos de Ricoeur:

(...) a imaginação tem por competência preservar e identificar a *analogia do ego*, em todas as relações com os nossos contemporâneos, os nossos antecessores e os nossos sucessores. Por conseguinte, a sua competência é preservar e identificar a diferença entre o curso da história e o curso das coisas (...). Mas permaneceremos afectados pelo curso da história pelos efeitos da história apenas na medida em que somos capazes de alargar a nossa capacidade de assim sermos afectados. A imaginação é o segredo dessa competência (RICOEUR, 1989, p. 227, com destaque no original).

Seja sob as formas ditas sãs ou doentes da ideologia ou da utopia, somos constantemente tensionados entre movimentos de preservação e de abertura de sentido, seja no nível individual, seja

em nível coletivo. Isso é parte da dinâmica dos modos humanos de agir, padecer, imaginar. Há situações, no entanto, capazes de colocar em xeque esse mundo que nos é dado e os modos como essas dinâmicas usualmente operacionalizam-se. De repente, formas de pôr em intriga, de amalgamar concordâncias e discordâncias naturalizadas e disponíveis no cotidiano parecem perder efeito, expondo a inconsistência ontológica do tempo humano e de seus processos histórico-sociais. Nesse momento, a *crise* tende a dar lugar à *catástrofe*. Ainda que, como vimos, *catástrofe* seja um termo que pode ser aplicado a diferentes fenômenos, ora compreendido também como um fato dado, um acontecimento de considerável magnitude, na perspectiva que compartilhamos aqui essa associação não se revela tão simples. A perda de efeito dos processos de *mise-en-intrigue* (MANNA e LAGE, 2019), de articular concordância-discordância, não são meras consequências de desastres *naturais* ou *humanos*, por exemplo. Um tsunami não necessariamente produz essa perda de efeito, pois diferentes instituições sociais, como as mídias jornalísticas, atuam exatamente na direção de evitar que essa ruptura se dê, configurando esse acontecimento a partir de matrizes culturais estabelecidas, como o melodrama (GOULART et al., 2020). Assim, a *catástrofe* se apresenta menos como externo ao indivíduo e mais como a qualidade da relação que este pode vir a ter, numa dada situação, com o que está à sua volta. Como apontam Leal e Gomes (2020), mesmo um ato rotineiro e repetido pode, em dado momento, *acontecer* como *catástrofe*, bastando para isso que as condições de ação no mundo pré-figurado se desestabilizem.

Na perspectiva positiva que pretendemos favorecer, a *catástrofe* adquire *status* de limite da ação, que exige uma mudança ou superação intensa e radical de um estado de coisas, inclusive do pensamento. Nessa linha de raciocínio, a *catástrofe* seria a interdição ou a suspensão momentânea da ação e, por extensão, da capacidade humana de imaginar. É o que algumas *relações* com acontecimentos tidos como *grandes*, como o rompimento de uma barragem de mineração, um terremoto ou a disseminação de um vírus, entre outros fenômenos, podem promover. Na dimensão aqui empreendida, portanto, *catástrofe* surge como uma espécie de suspensão violenta de um determinado mundo possível, em que modos históricos de ver o tempo e o mundo entrariam em colapso e os esforços para lidar com as transformações da ação se esgotam. Porém, ainda que imponha limites ao agir humano, a menos que esse limite seja efetivamente apocalíptico, a *catástrofe* não se configura como um fim, mas, ao contrário, exige superação, impondo a urgência e a necessidade da ação, como parte do trabalho de construção de um outro, um novo mundo possível, estado de coisas, sociedade etc. – de um possível retorno a um estado de normalidade ou de fundação de um novo normal.

Como aponta Alphonso Lingis (2018), vivemos em um mundo que pode ser caracterizado por um determinismo rigoroso e por uma tentativa de planejamento exaustivo como forma de tentar controlar as aporias do tempo – e que parece se intensificar diante de dinâmicas próprias de (sobre)vivência durante uma pandemia, quando multiplicam-se textos e tutoriais sobre “o que fazer” para organizar o tempo, torná-lo produtivo e ocupado durante períodos de isolamento social. Mas mesmo fora dessas vivências extraordinárias, a todo o momento, traçamos metas pessoais e intersubjetivas para o nosso trabalho e relações afetivas, enchemo-nos de responsabilidades e, frequentemente, esquecemos que há um “elemento de sorte e risco em quaisquer relações que estabelecemos com outro ser humano. Nós realmente não sabemos o que ele ou ela podem pensar ou fazer. Simplesmente confiamos nele ou nela” (LINGIS, 2018, p. 30). Assim, nossa vivência é marcada por uma profunda incerteza sobre os motivos improváveis de nossa origem e do nosso futuro. Além disso, por mais que planejemos, sempre estamos sujeitos a rupturas nas nossas expectativas, incluindo as de ordem pessoal que, para cada ser humano, terão um desenrolar imprevisível: desde a perda de um trabalho, a morte de alguém querido, o diagnóstico de uma doença incurável até mesmo, como várias narrativas audiovisuais exploram, uma pequena alteração na organização temporal e espacial das nossas rotinas diárias. Essas situações destroem o tempo ritmado do trabalho e da razão, abrindo um vazio em nossas formas de produzir narrativas, exigindo outras maneiras de fazer concordar as discordâncias do tempo cosmológico.

Desse modo, reposicionada, a *catástrofe* não significa a falência absoluta da ação. Isso seria a morte (ainda que metafórica). Quem permanece vivo, age. A menos que se considere a possibilidade do fim de tudo, a *catástrofe* coloca também a possibilidade da sobrevivência. Para os que permanecem vivos, ela representa, paradoxalmente, a perda de sentido de certos modos de agir no mundo, de certas narrativas que davam coerência e significado àquele mundo em que habitavam e o imperativo de ação para instaurar, então, um novo lugar, ainda não compreendido, ou no qual o imaginário anterior parece não mais fazer sentido. O ponto de virada indica que certas ações, situações, rotinas, eventos deixam de significar aquilo que significavam *antes da catástrofe*. Aliás, como observam Leal, Borges e Tognolo (2019), diferentes produções audiovisuais recentes, como *Battlestar Galactica*, *The 100*, *The Walking Dead*, *The Expanse*, *3%*, têm recorrentemente narrado realidades *pós-apocalípticas* e os desafios de viver (agir, imaginar, construir) um outro mundo após a queda do que existia *antes*. Do mesmo modo, conforme apontam Costa e Jácome (2018), pode-se também observar certo achatamento de dimensões temporais em séries como *Black Mirror*, *Westworld* e *The Refugees*, que

(...) tratam de um porvir no qual a humanidade se confronta com consequências desastrosas do sonho da modernidade, em que a tecnologia onipresente é testemunha de um progresso fracassado (COSTA e JÁCOME, 2018, p. 283).

Do ponto de vista das reflexões temporais, *crise* e *catástrofe* se apresentam, então, como categorias interpretativas que permitem alcançar aspectos importantes da experiência temporal humana, aplicáveis a diferentes situações e acontecimentos. Conforme já apontado, um desastre nuclear, a queda de um regime político, a morte ou a erupção de um vulcão, o surgimento de um novo vírus e uma nova pandemia, por exemplo, seriam vistos de modos distintos quando sob a lente de *crise* ou *catástrofe*, sendo que nem sempre cada um dos termos seria obrigatoriamente pertinente. De qualquer forma, todo acontecimento, desdobrado no tempo, poderia ser visto como *crise*, mas nem sempre como *catástrofe*.

## Presentismo como presente forte: proposições relacionais entre crise e catástrofe

Se no apartado anterior afirmamos que a *crise* é um traço inerente da condição humana de experiência temporal, e que, como *catástrofe*, constitui modos de entendimento e relação com o mundo, gostaríamos agora de deter-nos em uma forma específica, em determinado regime de historicidade. A chamada história moderna, como ressalta Koselleck (2006), pode ser vista como emergência de uma nova configuração temporal, um *tempo novo*, que traz grandes consequências para toda a humanidade e reposiciona a ideia de *crise*. Isso porque, na experiência moderna (ocidental, eurocêntrica), o tempo passa a ser não apenas a forma em que todas as histórias se desenrolam, mas ele próprio passa a adquirir uma qualidade histórica. A modernidade europeia (e seus colonialismos externos e internos) não designa um tempo fixo, apenas o qualifica (sem informar sobre o conteúdo histórico desse período) em contraste a um tempo anterior. Por isso, postula-se uma linearidade temporal que monopoliza e unifica os demais fluxos temporais a partir de uma mesma escala. Histórias e experiências culturais diversas passam a ser parte de uma “mesma história”, liderada agora pelo ocidente. Segundo Koselleck:

O avanço das ciências, que prometiam e anunciavam sempre mais descobertas no futuro, assim como a descoberta do Novo Mundo (sic) e de seus povos, repercutiram, de início lentamente, ajudando a criar a consciência de uma história universal, que como um todo estaria entrando em um novo tempo (KOSELLECK, 2006, p. 278).

Esse *novo tempo* seria caracterizado por uma crença no progresso, na aceleração rumo a um futuro melhor e na ideia de uma disponibilidade de História. Nesse sentido, no uso do termo *crise* convém reter o entendimento de Koselleck, para quem a noção designa o encadeamento de uma (in)decisão no

interior de uma ideia de progresso. Os modernos esperam o progresso chegar e seu agir pode implicar espera ou revolução (um agir para *fazer a história, fazer o futuro chegar*). Alcançam-se, então, outras dimensões da ideia de *crise*, caracterizada por um presente frágil, como um tempo de passagem rumo a um fechamento do passado e a abertura para as novidades e benesses do futuro. Essa nova forma de articular presente-passado-futuro passou a gerar um fosso entre a experiência anterior (configurada como um espaço de experiência) e a expectativa do que há por vir (vislumbrado como um horizonte de expectativa), fazendo crescer a diferença entre passado e futuro, tendo em vista que o presente, a época em que se vive, passaria a ser experimentada como um tempo de constante ruptura, permeado por acontecimentos novos e inesperados, *em crise*.

Essa composição moderna propõe uma sincronia a diferentes fenômenos, colocando-os em uma mesma base comparativa que permite, por exemplo, categorizar desenvolvidos (os modernos) e arcaicos ou em desenvolvimento (os pré-modernos). A simultaneidade do assincrônico força a ideia de um atraso, na medida em que autoriza pensar que o estágio técnico-industrial já alcançado pelos países desenvolvidos poderia ser, no futuro, alcançado pelos menos desenvolvidos. No imaginário brasileiro (JÁCOME, 2020), por exemplo, nossa expectativa de país em desenvolvimento ou emergente seria compulsoriamente a experiência deles, dos Modernos e desenvolvidos, dos europeus e dos cidadãos do norte global, como um espaço-tempo em que se quer chegar. No entanto, uma série de promessas não cumpridas e de guerras, genocídios, desastres ambientais, dentre outros acontecimentos que, eventualmente, poderíamos categorizar como catastróficos, fizeram com que a crença de um tempo acelerado que nos conduziria rumo ao progresso fosse bastante abalada. Os modernos já não são (alguma vez foram?) capazes de suplantarem o passado e dar-lhe um fechamento rumo ao porvir. Ao mesmo tempo, o futuro se assemelha mais a reflexões distópicas do que a uma ideia inocente de um progresso universal. Como pontua Achille Mbembe (2018), a era do humanismo parece ter terminado sem nunca ter, de fato, iniciado.

Não por acaso, são várias as narrativas que apontam para o fim da história e para uma dificuldade de enxergar além. “Mais se reage do que se age”, aponta HARTOG (2015, p. 10) em seu diagnóstico de um império do presente que ele nomeia como presentismo. Para o pensador francês, sua obra *Regimes de Historicidade* trata de uma reflexão sobre a *crise do tempo*, uma crise de um mundo em que, reinando absoluto, o presente se impõe como único horizonte. Entretanto, retomando nossas articulações prévias, estamos inclinados a vislumbrar o presentismo europeu, nos termos de Hartog, menos como *crise* e mais como uma *catástrofe*. Isso porque, mais do que uma interrupção definitiva, um fim – a morte –, o presentismo se dá como uma incapacidade ou recusa de imaginar *além* e, no limite, de agir temporalmente. Há uma imobilidade temporal em um presente que se configura como onipresente e onipotente, impondo um horizonte que tende a valorizar o imediatismo, apropriando-se do passado como monumento estabilizado. Seria, portanto, um tempo desorientado, no qual a tensão entre espaço de experiência e horizonte de expectativa (KOSELLECK, 2006) se torna uma cisma (RICOEUR, 2012), incapaz de gestar novas relações no presente. Nessa perspectiva, o presentismo pode ser visto como sinal de enfraquecimento, uma *doença* europeia diante da modernidade, uma *catástrofe* paralisante que atua para não permitir fazer o tempo fluir, um marco insuperável da nossa historicidade.

Para Hartog, o presentismo seria visto como certa incapacidade ou recusa de ação, o que aqui entendemos como uma *catástrofe* temporal. No entanto, o presentismo também pode ser visto de maneira dinâmica, recuperando as potências de sua capacidade de *crise* como uma oportunidade de ação para imaginar e animar outros mundos possíveis, especialmente para aqueles à margem da temporalidade europeia. Como aponta María Inés Mudrovcic,

Quando nos perguntamos acerca de um passado esquecido ou, ao contrário, demasiado presente; quando o futuro parece ameaçador ou enclausurado; quando o presente parece consumir-se no instante ou não deixa de transcorrer, surge então o interstício ou a greta que deixa em evidência

que uma experiência do tempo proposta, “naturalizada”, na qual vivíamos confortavelmente, está sendo colocada em questão (MUDROVICIC, 2013, p. 13, com aspas no original).<sup>10</sup>

Nesse sentido, de maneira positiva e diferentemente do que postula Hartog, *o presentismo como catástrofe do tempo* pode representar, para populações latino-americanas, por exemplo, a possibilidade de um questionamento efetivo da história como singular coletivo.

Mudrovicic (2013; 2015) aponta que o monopólio das histórias nacionais é mitigado por uma pluralidade de perspectivas: movimentos feministas, movimentos negros, movimentos de imigrantes, movimentos indígenas etc. Essas perspectivas cobram seu lugar na história e *catastroficamente* (aqui, ressalta-se a positividade do termo) reclamam um novo mundo possível: novas formas de reorganizar passado, presente e futuro. Ainda segundo a autora, nessa relação com as temporalidades, o passado se transforma em dívida, em culpa, em memória, em justiça, enfim, um passado que não termina de passar e sobre o qual atuamos e sofremos. O cuidado aqui, nos parece, é não condicionarmos ações transformadoras a *conceitos mágicos*, como adverte Rivera Cusicanqui (2018), entendendo tais conceitos como dotados, em si mesmos, da capacidade de explicar tudo e de se autoexplicarem, não deixando margens para dúvidas ou questionamentos das validades heurísticas neles implicadas.

Se as discussões a partir do conceito de presentismo podem levar potencialmente a uma sensação de paralisia frente a um agora que pesa sob a forma do presente, que se impõe fortemente, e de um futuro ameaçador ou decadente, é necessário não cair na armadilha oposta das perspectivas insinuadas pelas noções de progresso. Afinal, a depender do foco adotado, o progresso seria a seta para um futuro sempre mais alvissareiro do que o passado e o presente, aplainando as tensões temporais e apagando as hierarquias e demais problemas que visões colonialistas das temporalidades e das historicidades trazem em si. Vale recorrer novamente a María Inés Mudrovicic:

O progresso era um futuro esperado. Como filho das filosofias da história, o progresso mostra um processo histórico que marca um estágio final, a sociedade sem classes ou a federação dos povos, por exemplo. Torna-se, então, um projeto histórico filosófico, isto é, sem ancoragem política. A ação humana é irrelevante para sua realização. O progresso das filosofias da história se concebe como um processo histórico que não é o resultado das ações dos homens, mas do desenvolvimento do que Arendt chama de “forças extras, super ou subumanas, em que o homem que age é excluído da história”. É a mesma coisa que leva Koselleck a afirmar que a etapa final do processo histórico delimitado pelo futuro concebido como progresso “exclui a consideração de seus participantes”, ou seja, “o papel do agente empírico é reduzido, realiza uma ação cuja origem e sentido é atribuído ao progresso” (MUDROVICIC, 2015, p. 105, com aspas no original).<sup>11</sup>

Em suas premissas colonialistas, consequentemente, o progresso se ligaria ao sentido negativo e incompleto da catástrofe, em sua interpretação como fim da ação humana, ou talvez mais apropriadamente, com a insinuação da desnecessidade do agir humano, dada a suposta natureza imanente do progresso

---

10 No original: “*Cuando nos interrogamos sobre un pasado olvidado o, por el contrario, demasiado presente; cuando el futuro aparece amenazante o clausurado; cuando el presente parece consumirse en el instante o no dejar de transcurrir, surge entonces el intersticio o la grieta que pone de manifiesto que una experiencia del tiempo presupuesta, “naturalizada”, en la que vivíamos confortablemente, está siendo puesta en cuestión*”.

11 No original: *El progreso era un futuro esperado. Como hijo de las filosofías de la historia, el progreso muestra un proceso histórico que fija un estadio final, la sociedad sin clases o la federación de pueblos, por ejemplo. Se transforma, entonces, en un proyecto histórico filosófico, es decir, sin anclaje político. La acción humana es irrelevante para su consecución. El progreso de las filosofías de la historia se concibe como un proceso histórico que no es resultado de las acciones de los hombres, sino del desarrollo de lo que Arendt denomina “fuerzas extra, sobre o infrahumanas, en las que el hombre que actúa es excluido de la historia”. Es lo mismo que lleva a Koselleck a afirmar que el estadio final del proceso histórico delimitado por el futuro concebido como progreso “excluye la consideración de sus participantes”, es decir, “el papel del agente empírico se reduce, realiza una acción cuyo origen y sentido se atribuye al progreso”.*

como condição da História. Das muitas consequências políticas daí advindas, temos o equívoco – e é bom lembrar que, estrategicamente repetido para forjar um regime de verdade – de uma História com H maiúsculo que, sob a regência do progresso, se universaliza levando de roldão todas as diferenças espaço-temporais, pessoas e sociedades com suas especificidades. Em tais marcos, crises no roteiro do progresso rumo ao paraíso histórico são as responsáveis pelas catástrofes inexplicáveis ou assombrosas e os bodes expiatórios são escancarados cotidianamente, por exemplo, em mídias diversas, encarnados em povos indígenas, em populações analfabetas e empobrecidas, em mulheres, em populações LGBTQIA+, em migrantes e um sem fim de *gente obstacularizando o progresso* precisamente por denunciarem as falácias dos seus pressupostos.

## Crise e catástrofe como categorias de incerteza: considerações

Começamos a segunda parte deste texto fazendo referências a jornais e suas notícias, em tempos e espaços distintos, nos quais crise e catástrofe assumem condições diversas, embora subordinadas às supostas condições dessas duas categorias como imanentes à natureza do acontecimento relatado. Epistemologicamente, tais gestos narrativos tendem a apagar as complexas relações espaço-temporais que podem permitir dimensões heurísticas mais abrangentes às noções de crise e catástrofe. Na esteira, potencialmente apagam ou secundarizam, com conseqüentes hierarquizações, personagens, acontecimentos, espacialidades, temporalidades e outras variáveis, tornando opacas as dimensões de concordância e discordância, nos termos propostos por Paul Ricoeur (2012). Segundo as premissas ricoeurianas que colocamos em diálogo com outras tradições filosóficas e historiográficas, não há temporalidade linear, assim como não é possível narrar sem reconhecer eticamente os desafios impostos pelo respeito ao outro (em mim ou diante de mim), segundo as premissas da identidade narrativa (RICOEUR, 2012; 2014).

Nossa proposta pressupõe que todo esforço de compreensão, todo agir humano, visa organizar o tempo vivido. Mas tais movimentos não impedem o acaso, de modo que a *catástrofe* da ação humana se expõe e indica limites da agência preventiva para evitá-la. O contato com o outro, com seus enigmas e desafios éticos e epistêmicos, os tempos cósmico ou da natureza se apresentam também como catástrofes ao exporem o para além, o inalcançável do humano. Exigem, como cuidado, um senso de relatividade (não relativismo), um pôr em perspectiva as construções culturais do tempo e o agir ético, o reconhecimento pleno das alteridades em relação, inclusive como forma de evitar a construção de *bodes expiatórios* supostamente responsáveis pelas *crises e/ou catástrofes*.

Propomos, portanto, pensar *crise e catástrofe* não como a sequência natural dos acontecimentos, em que uma seria a condição de existência da outra, mas como termos que nos permitem articular relações temporais, espaciais, acontecimentos, pessoas e instituições implicados no que desafia nossas limitadas capacidades de compreensão de fenômenos complexos. Com isso, vislumbramos caminhos, teóricos e analíticos, de irmos além de certo ramerrão que nos impõe midiática e cotidianamente sucessivas *crises e catástrofes*, sem que tenhamos condição de agir ou nos situarmos em relação a elas. Se, em uma primeira visada, *crise e catástrofe* seriam da ordem exclusiva da negatividade, ou do negativo, por representarem rupturas, quebras de expectativas, suspensão de projetos pessoais ou coletivos, interdição de ações e outras formas de violências, acionamos aqui os dois conceitos sob a égide de uma espécie de positividade heurística. Sob essa visada, crise e catástrofe nos colocam o desafio de pensar (agir, imaginar) para além das relações temporais lineares, convocam olhares para a diversidade humana presente nos mais diversos recortes de pesquisa, mas, sobretudo, estimulam colocar em primeiro plano dúvidas e incertezas onde parece predominar diagnósticos frequentemente unilaterais e impositivos, com pretensões de validade universal.

## Agradecimentos

As pesquisas que permitiram a produção deste artigo são financiadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig), pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

## Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio; HONENSKO, Vinicius Nicastro. **O que é contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó, SC: Argos Editora, 2009.

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Texto integral. São Paulo: Martin Claret, 2003.

ANTUNES, Elton; GOMES, Itania. Repensar a comunicação com Raymond Williams: estrutura de sentimento, tecnocultura e paisagens afetivas. **Revista Galáxia**, Especial 1: Dossiê Comunicação e Historicidades, p. 8-21, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542019441755>. Acesso em 19 abr. 2020.

APPADURAI, Arjun. **The future as cultural fact**. Nova York: Verson, 2013.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

COSTA, Verônica; JÁCOME, Phellipy. Cascatas de modernidade em um lago aparentemente imóvel: Imagens de Ciência e Tecnologia, do Futurismo ao Presentismo. **ECO-Pós (online)**, v. 21, n. 1, p. 277-293, 2018.

DELUERMOZ, Quentin; SINGARAVÉLOU, Pierra. **Hacia una historia de los posibles**. Buenos Aires: SB Editorial, 2018.

GOULART, Ana Paula; SACRAMENTO, Igor; BUENO, Wilson; MELO, Alice. A catástrofe como tragédia: da metonímia à sinonímia. *In*: MANNA, Nuno; VALLE, Flávio; BERTOLL, Rachel; MAIA, Jussara (Orgs.). **Catástrofes e crises do tempo**: Historicidades dos processos comunicacionais. Belo Horizonte: Selo PPGCOM UFMG, 2020. p. 20-25.

GUIMARÃES FILHO, Gilberto. Justiça e utopia em Paul Ricoeur: a promessa de igualdade. *In*: CASTRO, Fabio Caprio Leite de (Org.). **O si-mesmo e o outro**: ensaios sobre Paul Ricoeur. Porto Alegre: Editora Fi, 2016. p. 195-217.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Nosso amplo presente**: o tempo e a cultura contemporânea. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**. Presentismo e experiências do tempo. Coleção História e Historiografia. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HORN, Eva. **The future as catastrophe**. Nova York: Columbia University Press, 2018.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

JÁCOME, Phellipy. **A constituição moderna do jornalismo no Brasil**. Curitiba: Appris, 2020.

LEAL, Bruno; GOMES, Itania. Catástrofe como figura de historicidade. *In*: BERTOLL, Raquel; MAIA, Jussara; VALLE, Flávio; MANNA, Nuno (Orgs.). **Catástrofes e crises do tempo**. Belo Horizonte: Selo PPGCOM/ UFMG, 2020, p. 21-40.

LEAL, Bruno; SACRAMENTO, Igor. A tradição como problema nos estudos em Comunicação: reflexões a partir de Williams e Ricoeur. **Revista Galáxia**, Especial 1: Dossiê Comunicação e Historicidades, p. 25-40, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542019441757>. Acesso em 19 abr. 2020.

LEAL, Bruno; BORGES, Felipe; TOGNOLO, Diogo. O futuro é para poucos: o destino da humanidade em séries de TV. **Contemporânea | comunicação e cultura**, v. 17, n. 1, p. 144-164, jan./abr. 2019.

LINGIS, Alphonso. **Irrevocable** – a philosophy of mortality. Chicago: Chicago University Press, 2018.

LYOTARD, Jean. François. **A condição pós-moderna**. 12ª. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

MANNA, Nuno; LAGE, Igor. Uma “catástrofe do tempo”: narrativa e historicidade pelas Vozes de Tchernóbil. **Galáxia**, Especial 1: Dossiê Comunicação e Historicidades, p. 34-46, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542019441740>. Acesso em 19 abr. 2020.

MANNA, Nuno; VALLE, Flávio; BERTOLL, Rachel; MAIA, Jussara (Orgs.). **Catástrofes e crises do tempo: Historicidades dos processos comunicacionais**. Belo Horizonte: Selo PPGCOM UFMG, 2020.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MBEMBE, Achille. O tempo em movimento. **Contracampo**, v. 36, n. 3, p. 21-41. dez./mar. 2018.

MUDROVIC, María Inés. Crisis del futuro: política y tiempo. **Ariadna histórica**. V. 1, n.4, p. 99-115, 2015. <https://ojs.ehu.es/index.php/Ariadna/article/view/13929>

MUDROVIC, Maria Inés. Regímenes de historicidad y regímenes historiográficos: del pasado histórico al presente pasado. **Historicidades**, v. 1, n.5, p.11-31, 2013.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; GOMES, Itania; LEAL, Bruno. A historicidade dos processos comunicacionais. In: MUSSE, Cristina Ferreira; VARGAS, Heron; NICOLAU, Marcos (Orgs.). **Comunicação, mídia e temporalidades**. Salvador: EDUFBA, 2017, v. 1, p. 37-58

RICOEUR, Paul. **Do texto à ação**. Porto: Rés, 1989.

RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como outro**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. A intriga e a narrativa histórica. Tomo I. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

RICOEUR, Paul; CASTORIADIS, Cornelius. **Diálogo sobre a História e o imaginário social**. Lisboa: Edições 70, 2018.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Un mundo ch’xi es posible**. Ensayos desde un presente en crisis. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

SPARROW, Tom (Ed.). **The Alphonso Lingis Reader**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2018.

---

*Carlos Alberto Carvalho é professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto; redação do manuscrito e revisão da versão em língua estrangeira.*

*Verônica Soares Costa é professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto; redação do manuscrito e revisão da versão em língua estrangeira.*

---

*Phellipy Pereira Jácome é professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto; redação do manuscrito e revisão da versão em língua estrangeira.*

*Bruno Souza Leal é professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto; redação do manuscrito e revisão da versão em língua estrangeira.*